

# O MODELO DA BASE ECONÔMICA E O GRAU DE ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

JORGE ANTONIO SANTOS SILVA<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto aborda o turismo, à luz da Teoria da Base Econômica, na condição de atividade de base exportadora, considerando que o turismo receptivo nacional/doméstico e internacional pode atuar como atividade básica em relação à estrutura produtiva da economia de uma determinada região receptora, delineando o caráter e a dinâmica das relações entre os setores de mercado interno e o setor exportador dessa região, as quais deflagram efeitos multiplicadores e de encadeamento de distintos matizes que irão refletir no grau de endogeneização do desenvolvimento turístico regional.

**Palavras-chave:** Teoria da Base Econômica; Efeito Multiplicador; Efeitos de Encadeamento; Crescimento Endógeno; Desenvolvimento Econômico; Turismo; Desenvolvimento Turístico.

## Abstract

This text approaches the tourism, light on the Theory of the Economical Base, in the condition of base exporter's activity, considering that the national and international receptive tourism can act as basic activity in relation to the productive structure of the economy of a certain receiving region, delineating the character and the dynamics of the relationships between the sections of internal market and the exporter section of that region, which deflagrate multipliers effects and of linkage of different hues that will reflect on the endogenous degree of the regional tourist development.

**Key words:** Economical Base Theory; Multiplier Effect; Effects of Linka-

ge; Endogenous Growth; Economical Development; Tourism; Tourist Development.

## Introdução

A região, como um espaço aberto, sofre influências do exterior, seja através da procura externa pelos seus produtos, seja devido às políticas econômicas dos governos hierarquicamente superiores. As teorias de crescimento regional muitas vezes centram suas análises nas relações da região com o exterior, particularmente na sua capacidade de exportar, desde que, num contexto de abertura inter-regional, as atividades de exportação sirvam de suporte ao crescimento da região exportadora. Nesta condição reside a origem da teoria da base econômica ou da base de exportação. O trabalho de C. Tiebout, *The community economic base study* (1962), constitui uma das suas primeiras aplicações, de acordo com Polèse.

A idéia fundamental da teoria da base exportadora é a de que o crescimento das exportações,  $X$ , gera efeitos de multiplicação e de aceleração no setor de mercado interno, não exportador,  $N$ , produzidos pelo efeito-renda e pelos efeitos de encadeamentos para trás e para frente no processo produtivo, criando demanda por serviços, como transportes, comunicações, financiamentos, etc. [...] As exportações são consideradas **atividades básicas** porque exercem efeito multiplicador sobre as atividades de mercado interno. (SOUZA, 1999, p. 355). De uma forma muito simples, o modelo faz depender o nível de produção e o nível de emprego da região das suas atividades exportadoras, que dependem, por sua vez,

da procura externa e das vantagens comparativas da região – variáveis que o modelo vai considerar “exógenas” (isto é, que a região não pode influenciar). A idéia de abertura é levada à sua conclusão lógica: a região vive da procura externa e a ela deve adaptar-se para sobreviver. O modelo da base econômica traça uma linha delimitadora entre as indústrias de base (atividades básicas) que permitem à região “ganhar a vida” e as atividades de suporte (atividades não básicas) que derivam da presença das atividades de base [...]. (POLÈSE, 1998, p.139).

A noção de atividade de base não se limita às indústrias “visíveis” de exportação, estendendo-se a todas as atividades que tragam recursos na forma de divisas para a região, o que contempla de forma incontestada a atividade do turismo.

Um restaurante que atrai clientes do exterior é uma empresa exportadora, tal como o hotel ou o museu que vivem dos visitantes de outras regiões [...] [embora também tenham como usuários/consumidores pessoas residentes no próprio local onde se situam]” (POLÈSE, 1998, p. 140).

O modelo da base econômica obriga a que se trace um quadro detalhado das inter-relações da economia regional, incluindo os fluxos monetários que se movimentam entre as empresas e entre as regiões. Deverá se procurar identificar a origem e o destino desses fluxos, visando distinguir para cada setor ou atividade, qual a parte da produção regional que direta ou indiretamente destina-se à satisfação da procura externa, da parte que direciona-

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Comunicação – Área de Concentração Turismo – ECA/USP. Consultor em Turismo. Professor da Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: jantss@globo.com.

se ao atendimento da procura interna, local ou regional.

Desse modo, se poderá avaliar o caminho percorrido por cada unidade monetária que entrou na economia local e o impacto final que provocou na região. Esse impacto será mais significativo, em termos de geração de renda e emprego, quanto maior for o tempo de permanência dos recursos na economia da região e nela tenham sido reutilizados em consumos de produtos e serviços dos diversos setores e atividades de suporte que integram a estrutura produtiva da economia regional.

O desenvolvimento anterior conduz ao conceito de multiplicador: cada nova unidade monetária que entrar em uma região, a partir de uma atividade de base (exportadora), irá dinamizar outras atividades, pela sua permanência e reutilização na economia dessa região. A dimensão do multiplicador irá refletir a capacidade da região de reter os novos recursos para utilização no seu próprio território – do seu nível de endogeneização.

O poder de retenção irá depender, conforme Polèse (1998), da **estrutura** econômica da região, ou seja do grau de diversificação da sua estrutura produtiva, do nível de **integração** econômica interna da região, isto é da intensidade das transações que ocorrem entre seus agentes econômicos e da **distância** entre a região e outras regiões que possuam estruturas econômicas também diversificadas.

Quanto mais diversificada e integrada for a economia de uma região, maior será o multiplicador. Os agentes econômicos (consumidores ou empresas) têm tanto mais tendência para gastar o seu dinheiro na região quanto mais facilmente aí encontrarem os bens e serviços de que precisam. Além disso, têm tanto mais tendência a gastar o seu dinheiro no local quanto mais distantes estiverem as regiões [para] onde poderiam deslocar-se para adquirir esses bens. O grau de interação entre agentes econômicos é, *ceteris paribus*, uma função negativa da distância. (POLÈSE, 1998, p. 144).

Caso o dinheiro que entrou como “novo”, seja reempregado fora da

região, em importações, por exemplo, ele não terá a utilidade de gerar renda e emprego na região, ocorrendo, por essa via, o que se denomina de “fugas” ou “vazamentos” da economia local. As atividades de base (exportadora) só provocarão um efeito multiplicador na região se conseguirem reter seus benefícios econômicos na própria região.

### O modelo da base econômica

O modelo da base econômica centra-se em dois elementos fundamentais: o dinheiro que entra na região graças às atividades básicas de exportação; e os efeitos de propagação, devido ao impacto multiplicador, desse dinheiro na região.

Desses dois aspectos centrais da análise, decorre que o modelo propicia e requer o conhecimento e o dimensionamento das relações inter-setoriais, tendo em vista avaliar o impacto que o dinheiro “novo” causa na região.

As tabelas de relações interindustriais, denominadas tabelas *input-output*, tendem a substituir ou a dar suporte ao modelo da base econômica, nos estudos de impactos regionais. As tabelas *input-output*, fornecem um detalhado retrato das relações de produção e das trocas entre os vários setores de atividades de uma dada economia. As compras de um setor a outro constituem a chamada procura ou demanda intermediária. Se completas, elas deverão conter todas as informações necessárias para se calcular o efeito multiplicador de um aumento da procura final sobre os níveis de emprego e de renda. São muito úteis também, para se calcular os efeitos de propagação da procura a partir de uma despesa inicial. Esta despesa deverá corresponder à definição de atividade de base, ou seja, deverá efetivamente representar a entrada de dinheiro “novo” na economia, proveniente do exterior, caracterizando-se o impacto inicial de tal despesa como exógeno e autônomo.

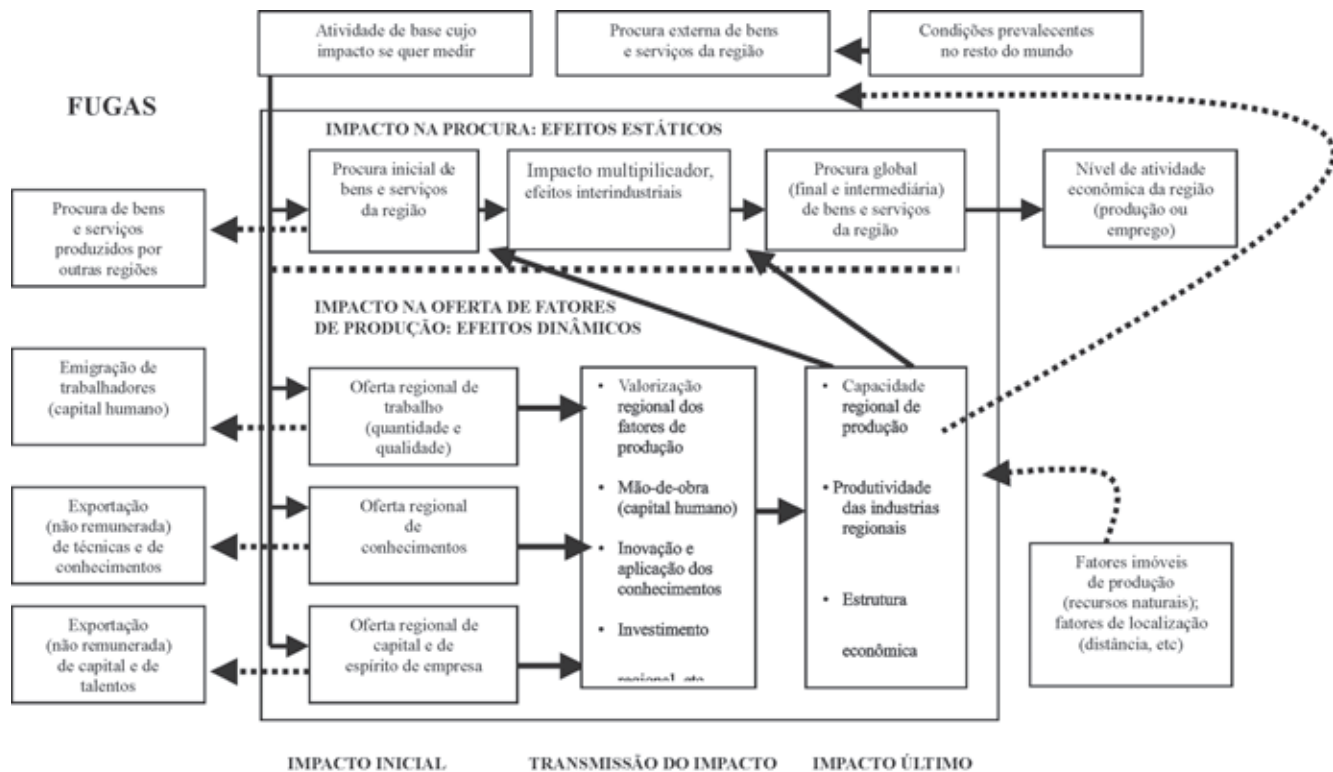
Devido à insistência na procura externa, de natureza global, a teoria da base econômica restringe o espaço dos fatores endógenos de desenvolvimento regional. Mesmo aceitan-

do que as atividades de exportação trazem dinheiro para uma região, será necessário avançar na compreensão do papel que até mesmo atividades de suporte de uma economia podem assumir como base do dinamismo local e do desenvolvimento regional, a exemplo de escolas, hospitais e universidades.

O grau de abertura de uma região está muito ligado ao seu tamanho. Quanto menor for uma região mais ela será aberta, ou seja, dependente do que ocorre no exterior. Para uma região deste tipo, de pequena dimensão, a teoria da base econômica é um modelo pertinente de explicação do nível de atividade econômica local. Quando se trata de uma região de maior dimensão e complexidade, o modelo da base econômica tem o seu valor teórico de explicação bastante reduzido e limitado. Isso também se verifica quando se pretende conhecer o impacto a longo prazo de um determinado acontecimento no potencial de desenvolvimento de uma região.

A abertura econômica traz vantagens para a região, ao possibilitar as trocas inter-regionais e através dos benefícios que a região pode obter da especialização. A teoria da base econômica, nesse sentido, é o complemento natural da teoria das vantagens comparativas. As vantagens comparativas de uma região, em função das quais ela exporta, baseiam-se em fatores de produção que podem ser facilmente deslocados, face à intensa mobilidade característica da realidade globalizada. A base econômica de uma região portanto, encontra-se duplamente ameaçada por eventuais choques provenientes do exterior.

A região como entidade aberta encontra-se em situação de concorrência com outras regiões, não apenas no plano das trocas comerciais (elemento retido pelo modelo da base econômica) mas também no plano da atração e da retenção dos fatores de produção que constituem a sua base econômica; é a isto que se chamará por vezes fatores “intangíveis” de produção. No espaço, as fábricas, as idéias e as populações deslocam-se. (POLÈSE, 1998, p. 157).



**Figura 1** Esquema do Impacto Regional de uma Atividade de Base

Fonte: Polèse, 1998, p. 161.

A região é um espaço aberto, cujo nível de atividade econômica depende diretamente, no curto prazo, da procura externa dos seus produtos e serviços e dos efeitos multiplicadores decorrentes. Por sua vez, a amplitude dos retornos dependerá em muito da estrutura econômica da região. Esse contexto corresponde à “realidade do momento”, cuja análise Polèse denomina de *estática*.

Já no longo prazo, o nível de atividade econômica da região irá depender, indiretamente, da sua capacidade de estar sempre renovando a oferta de fatores de produção – capital físico, capital humano, estoque de conhecimento/*know how*; o que refletirá na produtividade da população ativa dessa região. Serão esses fatores dinâmicos, intangíveis, que atuarão como determinantes da capacidade futura de exportação da região em relação a outras regiões.

Os acontecimentos externos influenciam tanto a procura de bens e serviços como a oferta de fatores de produção. As trocas e as

interações com o resto do sistema não se limitam aos fluxos comerciais; as entradas e as fugas ou vazamentos podem influenciar tanto a procura como a oferta de fatores de produção. (POLÈSE, 1998, p. 159).

A chegada de novos habitantes a uma região, vai modificar a estrutura da procura, notando-se o impacto sobretudo na construção residencial e na infra-estrutura (que também compõe a oferta para o turismo): escolas, hospitais, bares, restaurantes, locais para entretenimento, esgotamento sanitário, iluminação pública, segurança pública, vias de acesso, etc. É muito provável que a procura de produtos e serviços locais aumente em relação à procura de produtos importados, no caso de ocorrer a migração de pessoas que passem a fixar seu domicílio nessa localidade.

Ocorrendo, no entanto, a chegada de turistas e com isto significando uma migração de residentes temporários, a mesma irá provocar o crescimento da procura local, in-

clusive de produtos e serviços de fora da região, ou até do país, a depender do padrão de consumo desses novos consumidores, seu nível de renda, bem como, do grau de diversificação da estrutura produtiva da economia local. (SILVA, 2004, p. 60).

Uma transferência de população, no sentido imigratório, inclusive de turistas (residentes temporários), provoca uma transferência espacial dos fatores intangíveis ou dinâmicos de produção, considerando que: os **fatores intangíveis** fazem parte das pessoas (técnicas, espírito de empresa, conhecimentos, etc.); as **características da população** influenciam o ritmo de difusão e adoção de novas idéias e novas técnicas de produção (idade, procedência, escolaridade, etc.); e alguns fatores que estão na base dos **ganhos de produtividade** associam-se a populações maiores (economias de escala, economias de aglomeração). A (Figura 1), apresenta os impactos regionais de uma atividade de base econômica (de exportação).



## O efeito multiplicador e sua aplicação à análise urbano-regional

R. F. Kahn (*The relation of home investment to unemployment*, 1931), citado por Keynes (1985), foi quem pela primeira vez introduziu o conceito de multiplicador na teoria econômica, relacionando a variação do volume de emprego à variação líquida do investimento, procurando, inclusive, formalizar critérios para o cálculo da relação real em termos quantitativos entre o incremento do investimento líquido e o conseqüente crescimento provocado no nível do emprego agregado. O multiplicador de Kahn poderia ser denominado de “multiplicador de emprego”.

Com base nesse desenvolvimento, Keynes (1985) elaborou o “multiplicador de investimento”, tomando como ponto de partida a lei psicológica normal de que no caso de aumentos e diminuições da renda real da comunidade, o consumo tende também a aumentar e diminuir, porém em um menor ritmo e numa menor proporção, fenômeno que ele designa como “propensão marginal a consumir”.

Se  $C_w$  o consumo médio medido em unidades de salário e  $Y_w$  a renda média também representada em unidades de salário, teria-se que  $\Delta Y_w > \Delta C_w$  e, portanto,  $dC_w/dY_w =$  propensão marginal a consumir. Esta quantidade informará como se repartirá o próximo incremento da produção entre o consumo e o investimento, desde quando, considerando  $I_w$  como o volume dos investimentos em unidades de salário, teria-se que  $\Delta Y_w = \Delta C_w + \Delta I_w$ , onde  $\Delta Y_w = k\Delta I_w$ , e, portanto,  $1 - 1/k =$  propensão marginal a consumir.

Chamemos a  $k$  o multiplicador de investimento. Ele nos indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a  $k$  vezes o acréscimo do investimento. (KEYNES, 1985, p. 88).

Uma das primeiras formulações do conceito de base econômica urbana, segundo Lane (1977), parece ter sido a de M. Aurousseau (*The distribution of population: a constructi-*

*ve problem*, 1921). Aurousseau argumentava que o crescimento de uma cidade deveria ser analisado pela divisão de seu emprego total em ocupações primárias e secundárias. As ocupações primárias se refeririam diretamente às funções da cidade, enquanto as ocupações secundárias se refeririam ao bem-estar das pessoas ocupadas nas funções primárias. As relações entre os dois tipos de ocupações constituiriam a base do crescimento urbano.

Conforme Lane, em 1936 ocorre a primeira tentativa de medição dos componentes básicos e não básicos das economias urbanas, levada a efeito por Richard Hartshorne (*A new map of the manufacturing belt of North America*, 1936).

Partindo do raciocínio de que a parte mais significativa da atividade manufatureira era a que produzia para o consumo não local, [Hartshorne] tentou medir a fração do emprego manufatureiro das cidades que produziam para mercados não locais. [Com isso] marcou [...] o esforço pioneiro para mensurar o emprego básico e não básico. (LANE, 1977, p. 242-243).

A concepção da base econômica urbana, em sua essência, tem permanecido inalterada, desde a formulação dos primeiros esforços realizados para sua conceituação e enquadramento metodológico. Esta concepção, conforme análise de Richard B. Andrews (*Mechanics of the urban economic base: historical development of the base concept*, 1953), adaptada por Lane (1977), visualiza a economia de uma área urbana dividida em dois setores:

[...] um setor exportador e um setor local. O setor exportador produz bens e serviços vendidos ao resto do mundo. Ao fazer isto, o setor provoca um fluxo de renda para a área. Parte da renda assim gerada é gasta na compra de bens de consumo. Esta despesa local sustenta aqueles setores da economia da área que produzem itens não exportados. Conseqüentemente, se a balança comercial da comunidade se tornar negativa por um período de tempo considerável, ou se houver queda nas atividades exportadoras, é quase certo

o aparecimento de um eventual ajustamento para baixo na população total da comunidade. (LANE, 1977, p. 244).

Lane (1977), levanta algumas críticas metodológicas a esta concepção da base econômica urbana:

- o conceito de base se apoia na racionalidade intuitiva da relação entre emprego no setor exportador e no setor não exportador, não havendo, *a priori*, nenhum corpo de análise do qual esta conclusão possa ser rigorosamente derivada;
- no estudo rotineiro da base, não se procede a nenhuma distinção entre os fluxos de emprego e os fluxos de renda, pressupondo-se que se uma área urbana exporta mais bens e serviços e com isso provoca um crescimento no fluxo de renda para a área, o emprego tenderá sempre a aumentar, o que pode não ocorrer; como conseqüência, a distinção entre um multiplicador de renda e um multiplicador de emprego não é realizada no estudo padrão da base;
- os estudos sobre a base urbana também não fazem distinção entre considerações de curto e longo prazo, com isso a análise deixa de tratar de mudanças na demanda agregada, se convertendo em uma análise da oferta de recursos naturais e humanos, de mudanças tecnológicas, numa perspectiva incremental, o que caracteriza a teoria da base urbana como uma mera teoria de crescimento.

Analisando a evolução e aplicação da teoria do multiplicador em áreas urbanas, a partir do desenvolvimento inicial do multiplicador de emprego formulado por Kahn, em 1931, e do aprofundamento realizado por Keynes com o multiplicador de investimento, em 1936, conforme anteriormente citado, Lane (1977) constata que no início dos anos 1940 já se encontrava bastante desenvolvida a aplicação da teoria do multiplicador à área do comércio.

Um aumento das exportações de uma área representa uma elevação autônoma da despesa agregada. Esta variação resulta num processo de novos gastos que produzem um aumento múltiplo na renda agregada da área exportadora. A magnitude exata do multiplicador depende de duas coisas [...]: a propensão marginal a consumir da área e sua propensão marginal a importar. A primeira delas é muito importante, uma vez que determina a proporção da renda total que será novamente gasta a cada giro sucessivo de criação de renda. A segunda mostra a proporção do gasto total a cada giro, que se desvia da área como resultado das importações e, por isso, não disponível para novos gastos dentro da área. Quanto menor a área geográfica, maior será o tamanho do seu setor comercial. Desta forma, quanto menor a área geográfica, maior será a importância do multiplicador de comércio como fonte de flutuações de renda e do emprego. Embora a estrutura institucional de qualquer área venha a afetar as magnitudes de suas propensões marginais a consumir e a importar, de uma maneira geral, o argumento permanece válido, quer se trate da análise de nações, regiões subnacionais ou áreas urbanas. (LANE, 1977, p. 247).

Na análise de Lane, o desenvolvimento e os avanços dos estudos da teoria do multiplicador, resultou em um consenso quanto a alguns aspectos relacionados à aplicação e ao funcionamento dos multiplicadores urbanos, os quais são abaixo apresentados em suas próprias palavras:

Inicialmente, podemos dividir a economia urbana em dois setores básicos: endógeno e exógeno. O nível da renda total (ou emprego) numa área urbana é a soma da renda (ou emprego) gerada nestes dois setores. A renda gerada no setor exógeno depende de eventos sobre os quais a comunidade urbana não tem controle a curto prazo. Tais eventos incluiriam o nível de investimentos dentro da área, o valor das exportações da área para o resto do mundo, o volume de gastos do governo não local na área e a propensão dos residentes da área urbana para se locomoverem a lugares de emprego fora da comunidade local. Todas estas atividades [...] provocam um fluxo

de renda para dentro da área urbana. Como os residentes na área ganham esta renda, gastam parte dela dentro da comunidade local. A geração de renda (e emprego) que resulta da satisfação desta demanda local, identifica o setor endógeno. Uma vez que o nível da atividade do setor endógeno depende do nível de demanda gerada pelo setor exógeno, torna-se imediatamente evidente que as variações no nível total da atividade econômica devem ser iniciadas pelo setor exógeno da economia urbana. Neste sentido, seria apropriado chamar o setor exógeno (não apenas as exportações) o setor básico da economia (ou iniciante). (LANE, 1977, p. 249-250).

### O conceito do multiplicador aplicado ao turismo

A noção do multiplicador relacionada à atividade turística corresponde a um conceito simples e de fácil verificação na realidade. O dinheiro deixado pelo turista, pelo pagamento do hotel e da estada, por exemplo, tende a passar pelos diversos setores da economia. Esta primitiva despesa não fica nas mãos do hoteleiro ou do dono do restaurante que a recebe, sendo utilizada para pagamento dos vários bens e serviços necessários a estes últimos para assegurar os serviços requisitados pelo turista.

Neste processo, de acordo com Sessa (1983), uma quantidade de moeda "inferior", referente à parte do lucro e da remuneração, sobra nas mãos dos primitivos agentes econômicos, que as transferem aos agentes econômicos de outros setores. Na série de transferências que se sucede, também a moeda originada em seguida da primitiva despesa do turista vem, num determinado período de tempo, a propagar-se pelos vários setores da economia, ativando-a em seu complexo e contribuindo para incrementar de maneira mais que proporcional a renda nacional.

O consumo turístico, no curso das contínuas passagens através da economia nacional, dá origem a novas rendas, que numa medida mais "inferior", se transformarão em consumos não mais turísticos. Em outra medida, ainda mais reduzida, se

transformarão em poupança, a qual poderá se transformar em investimento na própria atividade turística ou em outra atividade produtiva, dando-se início a um novo ciclo.

A riqueza que o turismo gera não se limita à que se origina nos setores econômicos em contato direto com a demanda turística. O consumo turístico afeta a maioria dos setores componentes do sistema econômico em tres forma de projeção: via produção, via renda e via investimento.

Através da produção, para cobrir as necessidades da demanda (que satisfaz suas exigências mediante o pagamento do preço); as empresas fornecedoras dos turistas necessitam de bens e serviços que lhes são prestados por outras empresas, e assim continuamente, até extinguir-se a cadeia, em número indefinido de rotações ou saltos, com o gasto inicial convertendo-se em um valor muito superior.

A ação via renda tem sua expressão na criação de riqueza, que as rendas salariais e de capital geradas no processo produtivo por sua vez originam, mediante a compra de bens e serviços que as pessoas envolvidas [...] necessitam para atender suas próprias demandas, [tradução livre nossa]. (FIGUEROLA, 1985, p. 170).

O incremento do investimento causará um acréscimo na renda nacional de uma determinada quantidade que resultará superior à quantidade do próprio incremento do investimento, ou seja, o investimento obtém um efeito ampliado sobre a renda nacional.

A determinação do multiplicador exige conhecimento detalhado da contabilidade social da região em estudo, principalmente das relações inter-regionais. O multiplicador depende ainda da continuidade dos gastos, dado que seus efeitos indiretos são decrescentes, ou seja, a cada nova transação vai tendendo a zero, numa velocidade que está associada ao grau de integração da estrutura produtiva da região ou país.

Torna-se necessário qualificar e relativizar a aplicação do conceito de multiplicador ao turismo. Na verdade, quanto mais se consome, mais o multiplicador será elevado e maior

será a propensão de acréscimo da renda nacional. Mas, se a propensão marginal ao consumo eleva a dimensão do multiplicador, a propensão marginal à poupança pode diminuí-lo. A parte de uma nova renda que se transforma em poupança ao invés de consumo, diminui a velocidade do multiplicador, incidindo negativamente em sua dimensão e conseqüentemente, sobre sua capacidade de acréscimo na renda nacional.

Segundo Sessa (1983), o valor do multiplicador poderá ser reduzido por tres ordens de causa, que sob a forma de fugas, se verificam na passagem dos vários períodos intermediários, desde a primitiva despesa turística no circuito econômico nacional e até o momento do seu definitivo desaparecimento.

A primeira, e a principal, é relativa à parte da demanda adicional (isto é, derivada como “nova” das despesas [realizadas] através das novas rendas), que se endereçará às exportações. [...] A segunda é coligada à porção da nova renda que será tirada pela tributação. Na qual não resultam todas as novas rendas assim determinadas, pois uma parte corresponde ao que é gasto nas famílias ou nas empresas. Mas, uma parcela significativa é eliminada no circuito econômico sob a forma de tributos e de contribuições sacadas pelas autoridades públicas. [...] A terceira é relativa ao acúmulo de riqueza (entendido como a porção da renda não emitida no circuito econômico), que contribuirá para diminuir os efeitos induzidos da despesa turística. (SESSA, 1983, p. 64-65).

Outro aspecto importante, é a influência da velocidade de circulação do dinheiro, pois, quanto mais rapidamente, em um país ou região, circule o dinheiro, maior número de transações poderá produzir-se ao longo do ano. Deverá se considerar também, a dimensão ou âmbito de estimativa do multiplicador, se a um entorno nacional ou regional, neste caso se produzirá um maior número de fugas, e inclusive mais intensas, em razão das múltiplas transferências regionais que se originarão.

Ainda que possa parecer que cada unidade de divisa deixada pelo

turismo multiplica várias vezes seu efeito sobre a economia na qual ingressa, a realidade é que tal efeito é muito variável e depende, tanto da dimensão geográfico-econômica do país ou região (para um maior tamanho, maiores efeitos multiplicadores), como de uma série de efeitos econômicos induzidos ou originais, que, em qualquer caso, são facilmente alteráveis. Haja vista, os efeitos inflacionários da concentração da demanda no tempo e no espaço, assim como, a relativa rigidez da oferta, o que poderia anular os efeitos multiplicadores que se produzem em nível de rendas, porém não em termos de capacidade de compra.

Uma outra crítica ao conceito do multiplicador turístico concerne ao conteúdo da renda que é multiplicada.

Normalmente esta se relaciona com o produto nacional bruto obtido pela soma dos lucros brutos, salários brutos e rendas e juros percebidos por cada setor. [...] não tem sido prática normal calcular a renda interna, que é o agregado mais relevante desde o ponto de vista dos países em vias de desenvolvimento. As diferenças entre o produto nacional bruto e a renda interna surgem por causa da propriedade estrangeira de fatores de produção e do emprego de trabalhadores estrangeiros na economia nacional; tanto um como outro têm que ser provavelmente importantes em alguns setores de países em desenvolvimento. Se pode, por conseguinte, assentar dois princípios. Primeiro, as crescentes rendas dos estrangeiros que não são residentes junto com as rendas diretamente transferidas de estrangeiros residentes, têm que ser diferenciadas em cada setor, posto que tais rendas não voltarão a ser gastas na economia e não podem ter efeitos multiplicadores. Em vista da importância dos proprietários estrangeiros na “indústria” turística e o emprego de estrangeiros em postos mais especializados, parece verossímil que o multiplicador da renda interna possa ser significativamente mais baixo que o do produto nacional bruto. [...] Segundo que, os diferentes setores exportadores têm diferentes exigências diretas e indiretas de inputs primários por dólares. [...] os ingressos turísticos podem ter um

elevado conteúdo importador e, conseqüentemente, um menor valor agregado por cada divisa obtida, especialmente quando se tomam em consideração os ajustes relativos aos lucros transferidos para o exterior e às crescentes rendas pertencentes a trabalhadores estrangeiros, [aspas nossas], [tradução livre nossa]. (BRYDEN, 1973, *apud* ESTEVE SECALL, 1983, p. 291-294).

Dessa forma, um importante percentual das divisas entradas pode voltar a sair, sem fazer sentir-se nenhum efeito sobre a economia do país ou pólo regional receptor.

Furió Blasco (1994), apresenta a opinião expressada por P. Lecordier de respeito ao conceito do multiplicador referenciado ao turismo:

... se o conceito de multiplicador é sedutor desde o ponto de vista teórico, é extremamente limitado em sua utilização prática. Sobretudo [porque], postula implicitamente a homogeneidade do turismo, [sendo] porém evidente, que o fenômeno ao qual se está referindo não tem nada de homogêneo. Posto que o mercado turístico está segmentado em diversos mercados ou submercados [estaduais e municipais], [tradução livre nossa]. (LECORDIER, 1979, *apud* FURIÓ BLASCO, 1994, p. 116).

Além do efeito sobre a renda, por influência da realização ou aumento do gasto turístico, se criará emprego em diversos setores direta ou indiretamente beneficiados pela atividade do turismo. Smaoui, mencionado por Goded Salto (1998), considera que o investimento turístico gera três categorias de emprego: **emprego direto** em empresas que vendem bens e serviços aos turistas – hotéis, restaurantes, empresas de transporte ou o comércio em geral; **emprego indireto** em atividades que fornecem bens e serviços às empresas turísticas – agricultura, artesanato, certas indústrias leves de âmbito local; e **emprego “induzido”** gerado no setor da construção e em determinadas indústrias de bens de capital.

Esses efeitos positivos do turismo se manifestam com maior intensidade à escala regional, embora, a



este nível, como Goded Salto comenta, as possíveis fugas ou interrupções dos processos em cadeia geradores de renda, são de muita maior dimensão e intensidade dos que se verificam a nível nacional.

É fácil compreender que o município ou região, devido aos condicionamentos que sua escassa dimensão econômica lhe impõe, deverá realizar numerosas compras fora do seu próprio território, deixando de aparecer, desde este momento, encadeamentos favoráveis para o desenvolvimento da área considerada, [tradução livre nossa]. (GODED SALTO, 1998, p. 86).

Para medir o alcance do efeito multiplicador, a autora realça a recomendação de Muñoz de Escalona (1992), que descrevendo o que considera “produtos dos países visitáveis que são vendíveis aos turistas”, sugere que se elabore uma lista de mercadorias e serviços cuja venda pode elevar-se com a entrada de turistas e reduzir-se com as saídas de residentes, deste modo, seriam beneficiados os setores que produzem bens e serviços cuja exportação apresente grande dificuldades, ou seja praticamente impossível de se realizar.

[...] se trata de produtos cujo deslocamento econômico é impossível. [...] se está fazendo referência a todas aquelas linhas produtivas cultivadas em unidades de pequeno tamanho como os estabelecimentos comerciais de venda a varejo, as oficinas de artesanato e as culturas de hortaliças [hortifrutigranjeiros de um modo geral], cujos produtos se orientam ao mercado interno e, às vezes, ao mercado local, por sua incapacidade de competir em mercados mais amplos, dominados por empresas que se beneficiam de fortes economias de escala, [tradução livre nossa]. (MUÑOZ DE ESCALONA, 1992, p. 37)

É importante frisar, como colocado por Goded Salto (1998), que uma parte, por vezes significativa, do propalado aporte de divisas propiciado pelo turismo, não chega nem a entrar no país receptor. Dado que o produto turístico se comercializa, cada vez mais, através de pacotes que englobam uma vasta gama de serviços, ao pagar-se por eles, adi-

antadamente, nos países emissores, uma grande parcela do dinheiro desembolsado pelos turistas nem sequer chegará a entrar no país de destino.

O “setor” se caracteriza, precisamente, por uma crescente integração vertical; assim, é cada vez mais habitual que uma mesma companhia seja proprietária, simultaneamente, de empresas aéreas, de cadeia hoteleira e de uma agência de viagens, ou de empresas locais de aluguel de veículos. Nestas circunstâncias, a proporção do preço total do pacote turístico que recebe o país anfitrião, pode chegar a ser muito reduzida, [aspas nossas], [tradução livre nossa]. (GODED SALTO, 1998, p. 114-115).

### Efeitos de encadeamento e relações intersetoriais

Albert O. Hirschman, no seu trabalho seminal *The strategy of economic development* (1958), aqui sendo trabalhado na sua versão em português de 1961, introduziu na análise do desenvolvimento econômico a consideração dos efeitos de encadeamento. Uma determinada indústria, analisa Hirschman, só será criada se tiver capacidade para produzir e só terá sentido em existir se conseguir vender sua produção. Para que essas condições se verifiquem, a criação de uma indústria só será viável se resultar de uma demanda que lhe anteceda, já existente. Hirschman questiona então, se uma indústria terá a condição ou capacidade de ser responsável pela indução de novas atividades e de procura.

Considerando a possibilidade da produção que motivaria a criação de uma indústria ser suprida pelo mercado externo à região ou ao país, pela via da importação, Hirschman destaca a vantagem de ocorrer a criação da indústria e se ter a disponibilidade interna de tal produção, em contraponto aos riscos e ameaças de se ter de importá-la.

[...] é de máxima importância o fato de determinado produto ser fabricado internamente resultar, provavelmente, em esforços da parte dos produtores para propagar-lhe usos adicionais e na participação financeira dos mesmos em

tais empreendimentos. A disponibilidade interna de um produto dá, assim, vida a forças ativas que procuram ser utilizadas como *input* em novas atividades econômicas, que supram as necessidades acarretadas recentes. (HIRSCHMAN, 1961, p. 155).

Dessa forma, Hirschman analisa dois processos de incentivo atuantes no, por ele denominado, setor de Atividades Diretamente Produtivas (ADP), que, nas suas palavras são os que seguem:

- 1) O *input*-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade.
- 2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como *inputs* em algumas atividades novas. (HIRSCHMAN, 1961, p. 155-156).

Analisando esses dois processos, em uma abordagem pioneira, Hirschman introduz os conceitos de encadeamentos para trás e para frente, que permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades que integram a estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor.

Segundo Hirschman, “o fato de os efeitos em cadeia de duas indústrias, vistos em conjunto, serem maiores do que a soma dos efeitos de cada indústria isoladamente, fala a favor do caráter cumulativo do desenvolvimento [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p. 161).

Nesta assertiva de Hirschman, identifica-se a presença dos conceitos de causalção circular cumulativa e de economias externas, conforme Gunnar Myrdal (*Economic Theory and Underdeveloped Regions*, 1957) e Alfred Marshall (*Principles of Economics: An Introductory Volume*, 1ª edição de 1890 e 8ª e definitiva edição em 1920), respectivamente, além das etapas do desenvolvimento econômico de W. W. Rostow (*The Stages of Economic Growth*, 1959).

Hirschman comenta que os efeitos em cadeia retrospectiva são mais facilmente percebidos e identificados do que os efeitos em cadeia prospectiva, pelo fato de que esta não pode revelar-se sob uma forma pura, fazendo-se sempre acompanhar da cadeia retrospectiva, resultando da pressão da demanda, ou seja, **a existência de uma previsão de demanda é fator condicionante para o aparecimento dos efeitos em cadeia prospectiva.**

Hirschman (1961) caracteriza a cadeia retrospectiva como um processo de desenvolvimento. Como ela surge em função dos aumentos da demanda ele considera que o desenvolvimento autônomo resulta da formação de capital líquido, aumento da eficiência e elevação das exportações. Ele pressupõe também, que a cadeia retrospectiva acarreta a formação adicional de capital líquido, quando a importação de algumas mercadorias chega a ultrapassar a base liminar da capacidade econômica mínima. Neste processo pode-se obter um padrão de investimento induzido que poderá sofrer forte oscilação, mesmo na presença de um comportamento previsível e não acelerado do crescimento da demanda.

Pode-se conceber que esse padrão seja muito útil na consideração dos repentinos surtos de investimentos, em relação à renda – o ponto de decolagem [*take off*] de Rostow [ou a mudança primária de Myrdal, ou o *big push* de Rosenstein-Rodan (*Theory of the "Big Push"*, 1957)]–, que serve para caracterizar o processo de desenvolvimento de uma quantidade de países. (HIRSCHMAN, 1961, p. 176).

Dentro da base teórica das relações intersetoriais, Haddad (1999), observa que a exploração da base de recursos de uma região pode permitir o crescimento do seu mercado interno e abrir oportunidades de investimentos.

O mercado interno de uma região é, em geral, função de três vetores principais: o tamanho da população regional; o seu nível geral de produtividade; o grau de concentração na sua distribuição pessoal e familiar de renda e de

riqueza. Quanto maior a população, maior o nível de produtividade (quanto maior a capacidade de produzir, maior a capacidade de consumir) e mais bem distribuída a renda de uma região, maior será a dimensão de seu mercado interno, [grifo nosso]. (HADDAD, 1999, p. 11).

Haddad alerta que, quando se pretende definir quais as potencialidades de crescimento econômico de uma região a partir de sua dotação de recursos, deve-se estar atento que o conceito de potencialidade de recursos é econômico e não físico.

Haddad (1999), indica e analisa os efeitos que novas atividades econômicas podem gerar na economia de uma região (Figura 2):

- **efeitos de dispersão ou de encadeamentos para trás** – dada a estrutura tecnológica da nova atividade econômica, esta necessitará de certas quantidades de insumos para produzir determinadas quantidades de produtos;
- **efeitos de dispersão ou de encadeamentos para frente** – trata-se de beneficiamentos que podem ser realizados com os produtos da nova atividade econômica na própria econo-

mia da região, através de efeitos causados em atividades que utilizam estes produtos como insumos;

- **efeitos induzidos** – são os provocados pela demanda final de bens de consumo ou de bens de capital em função do crescimento da renda regional;
- **efeitos fiscais** – dadas as características do sistema fiscal do País, o desenvolvimento de uma nova atividade econômica, com suas repercussões em atividades satélites ou complementares e sobre o processo de urbanização na região, sempre irá conduzir ao crescimento das receitas tributárias da região (próprias ou de transferências), por causa do aumento da circulação de mercadorias, da expansão dos setores terciários e dos acréscimos nos valores patrimoniais privados.

Desta sequência de impactos derivam-se os multiplicadores regionais.

Quanto maior o grau de interdependência produtiva e quanto menor o grau de 'vazamentos' nos fluxos de produção e de renda da região para outras regiões, maiores serão os valores dos efeitos multiplicadores. Assim, por exemplo, a

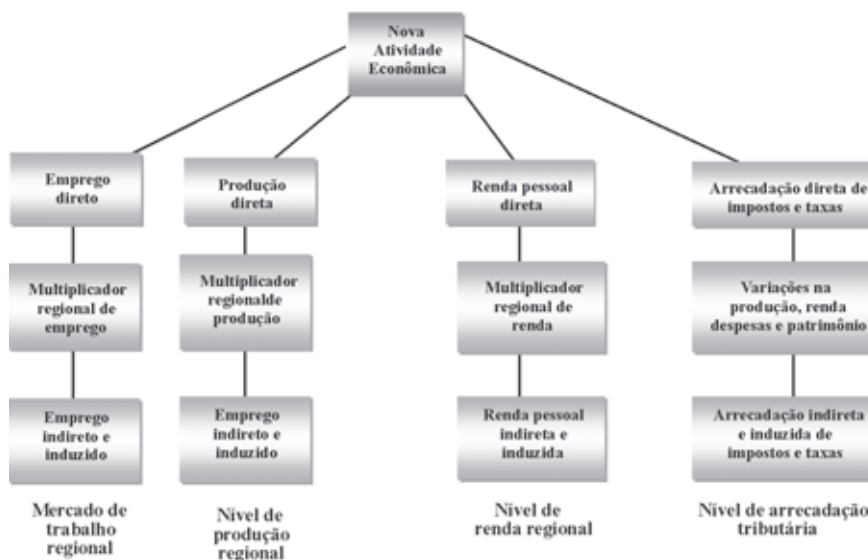


Figura 2 – Impactos Hipotéticos de uma Nova Atividade Econômica sobre o Desenvolvimento da Região em que se Localiza

Fonte: Haddad, 1999, p. 13.



ocorrência de importação de matérias-primas, importação de bens de consumo, pagamentos extra-regionais de dividendos, de serviços de assistência técnica, de custos financeiros, isto faz com que os impactos econômicos sobre a região sejam bem menores. (HAD-DAD, 1999, p. 15).

## Efeitos de encadeamento no turismo

Carner (2001), formula um modelo teórico-analítico sobre a aplicação da noção de encadeamentos aos serviços turísticos, distinguindo dois modos de se tentar explicitar os encadeamentos ou áreas de enlace do turismo na economia. O primeiro modo consiste em se buscar **determinar de forma clara quais são as áreas da economia sobre as quais o turismo incide de forma mais representativa**. O segundo se traduz na **análise dos encadeamentos que ocorrem entre atividades e setores fornecedores de bens e serviços antes, durante e depois da produção de serviços turísticos**.

Sobre o primeiro modo, Carner entende que o turismo contribui de forma direta, indireta e induzida em uma série de áreas da economia, quais sejam:

- O emprego, direto e indireto, que se pode estimar pelo número de pessoas empregadas de forma permanente ou temporal, de maneira formal e informal, segundo as categorias e níveis de ocupação e como uma porcentagem do emprego total. [...];
- O produto gerado pelo turismo que se pode expressar em termos monetários e relacionar como porcentagem do Produto Nacional Bruto. Porém, a contabilização do valor agregado será de diferente magnitude de acordo com as atividades incluídas na definição do turismo e os instrumentos estatísticos do país [ou da região];
- O investimento, em infra-estrutura geral e específica em zonas turísticas [...]. Do investimento total se pode tentar captar o percentual da participação do investimento público e privado, assim como do investimento externo direto, [...] bem como as remunerações do capital, em suas diversas modalidades;
- A participação no setor externo sob a forma de exportações e importações. [...] Geralmente, a participa-

ção do turismo se contabiliza através da entrada de divisas no total das exportações do país e se pode comparar com as exportações totais e as de outros setores. Quanto às importações, se contabilizará as saídas de residentes para o exterior, assim como a importação de bens e serviços para fornecer os serviços de turismo nas atividades características, não características, indiretas e induzidas, e os pagamentos para o exterior;

- O turismo contribui à entrada de recursos para o erário público, na forma de contribuições diversas e impostos diretos, indiretos e induzidos [...] Por outro lado, o “setor” [do turismo] é destinatário de recursos do setor público que podem ser significativos, em particular nos aspectos de construção e manutenção de infra-estrutura básica nas zonas turísticas [...], [aspas nossas], [tradução livre nossa]. (CARNER, 2001, p. 1-2).

Segundo Carner, se pode reconhecer três níveis de participação do turismo em uma economia:

- através dos **efeitos diretos**, gerados a partir dos gastos locais iniciais da cadeia, que são os gastos dos turistas;
- por meio dos **efeitos indiretos**, que se referem à cadeia de compras e gastos em bens e serviços que realizam as empresas diretamente receptoras dos gastos turísticos, direcionados para os seus próprios supridores; e
- em função dos **efeitos induzidos**, que constituem-se na série de gastos locais originados das remunerações dos empregados e dos proprietários das empresas, em cada um dos setores relacionados com o turismo, e que, por sua vez, geram outras atividades.

Um aspecto mitigador da relevância e do nível de participação do turismo na economia de um país ou região é a ocorrência de fugas ou vazamentos, possibilitados pelas importações de bens e serviços e pagamentos a fatores de origem exógena, cuja existência e proporção em relação aos ingressos monetários totais propiciados pela atividade turística, reflete uma certa magnitude e profundidade dos encadeamen-

tos produtivos com os diversos setores da economia, ou sua debilidade, ou, ainda, sua ausência.

Já de acordo com o segundo modo, Carner realiza uma **análise dos encadeamentos do turismo com outros setores**, caracterizando as configurações de cadeia produtiva, *cluster* e redes do turismo.

Segundo a autora, o viajante pode ser o ponto de observação para a análise dos fluxos de bens e serviços que se produzem e se adquirem antes, durante e depois da realização da viagem. Se pode, inclusive, prover bens e serviços de turismo mesmo que a viagem não se concretize, como é o caso da informação turística. Para Carner, os bens e serviços turísticos que se proporcionam às empresas são diferentes em uma grande proporção àqueles que recebe o consumidor final. A cadeia conformada pelos **fornecedores** - empresas ou pessoas que **proporcionam um serviço diretamente ao consumidor (turista)**, e **supridores** - empresas ou pessoas que **proporcionam bens e serviços aos estágios anteriores da cadeia** (de acordo com nomenclatura utilizada por Carner), se caracteriza pela agregação de valor que se acrescenta tanto dentro das fronteiras nacionais como internacionalmente.

As empresas podem estar relacionadas através de uma **integração horizontal**, cujo exemplo mais aparente seriam as cadeias hoteleiras [...]. Também existe no turismo uma **integração vertical**, da qual um clássico exemplo seria o dos operadores turísticos, que canalizam os turistas através dos pacotes turísticos, massivos ou à medida [sob encomenda], e da venda ao atacado. Esta se alcança com a aquisição total ou parcial dos segmentos da cadeia: vendas ao varejo em agências de viagens afiliadas nos lugares de origem dos viajantes; manejo do segmento de transporte, em particular o aéreo, mediante a propriedade, a administração ou o aluguel de linhas aéreas, ou vôos de fretamento ou *charters*, ou diretamente de aeronaves; assim como pelo controle de diversos meios de hospedagem, agências receptivas e empresas de transporte turístico no lugar de destino, [grifo nosso], [tradução livre nossa]. (CARNER, 2001, p. 9).

Porém, afirma Carner, esses conceitos, embora válidos, simplificam excessivamente as complicadas relações entre as empresas de turismo e as que se dão com seus fornecedores em atividades relacionadas ou de suporte. As novas tecnologias, bem como as contínuas inovações em matéria de administração/gestão de empresas e relações de negócios modificaram bastante o contexto dessas relações, complicando-as ainda mais.

As tecnologias da informação e das telecomunicações, incluindo a Internet, proporcionaram ferramentas sofisticadas para um leque de novas possibilidades para a criação de valor adicionado e instrumentos de gestão para o incremento dos benefícios obtidos. Neste sentido, se podem mencionar os Sistemas Computadorizados de Reservas (SCR) e os Sistemas Globais de Distribuição (SGD) que conectam e acrescentam valor a toda uma gama de produtos turísticos, e que evoluem dia a dia para modalidades inovadoras e em constante processo de mudança que os ligam com os mais diversos setores econômicos, [tradução livre nossa]. (CARNER, 2001, p. 9).

Desse modo, conforme Carner, o turismo se converte em uma rede de relações que podem criar pontos de estrangulamentos ou sinergias, constituindo-se em um dos conglomerados de atividades mais complexos e heterogêneos. Na obtenção de bens e serviços para o próprio turismo doméstico, a atividade turística conta com fornecedores e fornecedores que se encontram fora das fronteiras do país ou região. No entanto, como o Sistema de Contas Nacionais está fundamentado sobre os conceitos de territorialidade e de nação, este processo é considerado como uma fuga ou saída de recursos. Porém, **no desenvolvimento da competitividade do turismo há de se permitir um eficiente nível de fugas**, ou seja, de importações e remuneração aos fatores de produção originados do exterior, ao mesmo tempo que há de se insistir na criação e/ou fortalecimento de encadeamentos produtivos eficientes à escala local, regional e nacional.

Carner destaca que os três eixos sobre os quais se podem **articular estratégias de criação ou de aprofundamento de encadeamentos produtivos de bens e serviços** são: a **informação**; o **financiamento**; e os **recursos humanos** capacitados e com uma mentalidade e “cultura” de qualidade.

Em muitos casos será pertinente perguntar-se se a política de gerar encadeamentos é a mais adequada, pois melhorar a captação de divisas e o valor agregado dos produtos turísticos pode ser uma melhor opção para a economia, ao contrário da idéia geralmente aceita de que sempre são mais desejáveis os encadeamentos produtivos. [...] Em última instância, cada país, dependendo de suas próprias condições, será quem poderá determinar se, para maximizar os benefícios econômicos do turismo, prefere e pode criar encadeamentos produtivos, ou busca criar nichos de mercado turístico de alto valor agregado apesar das importações necessários para atingir tal fim, [tradução livre nossa]. (CARNER, 2001, p.18).

Ressalva-se que a opção de não criar ou fortalecer os elos da cadeia produtiva implica em não avançar em um processo do tipo “substituição de importações” direcionado à produção em base endógena de bens e serviços com elevado conteúdo de valor agregado, tendo por consequência não se investir na ampliação de uma condição de suficiência e de maior efetividade do mercado interno. Esta opção resultará em priorizar a base exportadora da economia, com ênfase no turismo, o que poderá resultar que os recursos gerados sejam apenas suficientes para o abastecimento, via importação, dos bens e serviços necessários para a satisfação da demanda turística ou que cheguem a permitir algum volume de investimentos destinados a reforçar as atividades ligadas à base exportadora, sem refletir positiva e favoravelmente no incremento da dinâmica do mercado interno.

[...] Os processos de aproveitamento das capacidades instaladas ou dos recursos humanos disponíveis, bem como o treinamento dos su-

pridores, podem iniciar nichos crescentes de encadeamentos e minimizar o peso das importações. [...] **o que se busca é a eficiente substituição de importações e não a sua eliminação.**

[...] O desempenho dos fornecedores dos fornecedores nacionais se verá melhorado com o recurso às redes do turismo, em especial às das empresas multinacionais, [visando] usar o talento local e elevar a qualidade da capacitação de seu próprio pessoal, bem como o das empresas que tenham relações de trabalho, melhorando também as capacidades gerenciais e de organização das empresas. Essas redes também podem ser aproveitadas para a exportação dos bens e serviços competitivos e elevar a competitividade da economia em seu conjunto, [grifo nosso], [tradução livre nossa]. (CARNER, 2001, p. 16 e 17).

## Conclusão

Considerando a especificidade do turismo, que em seu fluxo receptivo, particularmente de origem internacional, para uma região receptora corresponde tecnicamente a uma exportação, a aplicação da modelo da base econômica em um contexto de atração massiva desse tipo de fluxo, sem a região produzir internamente os produtos e serviços para atender às preferências dos consumidores turistas e tendo sua economia dependente majoritária ou exclusivamente da atividade turística, representaria efeitos desfavoráveis para o crescimento da economia local. A crescente dependência de generalizado fornecimento exógeno, resultaria na ausência de mecanismos que favorecessem a endogeneização da propriedade dos fatores produtivos e dos resultados da exploração e comercialização dos recursos de base da região: paisagens, história, cultura, etc.

O dimensionamento das fugas – e de sua influência sobre o efeito multiplicador, irá depender do peso que o turismo tenha na economia nacional de cada país analisado, bem como da representatividade do turismo internacional e do grau em que as necessidades da demanda sejam satisfeitas mediante o provimento via importações, de produtos e serviços finais e intermediários, de recursos humanos e de capitais.

O conteúdo importador do turismo na região seria muito acentuado e traria implicações negativas para a região receptora. Primeiro, os benefícios econômicos gerados pelo turismo não seriam apropriados em sua maior parcela a nível local, pelas fugas que ocorreriam da economia interna para o exterior, em função da repatriação das remunerações dos recursos produtivos importados utilizados no turismo – recursos humanos, materiais e insumos, tecnologia e capital. Segundo, não havendo condições favoráveis ao crescimento auto-sustentado do turismo e da economia da região, com recursos de base local, a médio e longo prazo o ciclo de vida do destino turístico atingiria as fases de saturação e declínio, perdendo competitividade e participação de mercado.

Nesse ponto crítico, os turistas e o turismo se desviariam para outros destinos, deixando a região desprovida de sua maior ou única atividade econômica dinâmica, relegando-a à estagnação e a uma condição de dependência estrutural de vantagens comparativas baseadas em recursos naturais ou mão-de-obra barata, sem condições de inserção positiva no mercado exterior e com um mercado interno pobre, atrofiado e defasado.

Para a ampliação do ciclo de vida do destino turístico será fundamental se trabalhar os conceitos de segmentação e especialização, com os objetivos de qualidade, sustentabilidade e competitividade, alcançáveis mediante a promoção do desenvolvimento econômico e turístico com um maior grau de “endogenia”, ou seja, pela “endogeneização” ou internalização da maior parte da oferta dos *inputs* necessários à dinamização e (re)vitalização do destino turístico, implicando na diversificação e no adensamento das cadeias de valor relacionadas à estrutura produtiva da economia da região em estudo.

Torna-se assim evidente, que países ou regiões que tenham de importar um maior valor de *inputs* para abastecer as chamadas “empresas turísticas”, se encontram em desvantagem competitiva face a outros países ou regiões cujo valor correspon-

dente às “importações turísticas” seja relativamente menor. É necessário também se considerar, que nem sempre as vantagens comparativas atuarão no sentido de compensar o custo da importação de determinados bens e serviços.

Conforme exposto, na aplicação dos conceitos de cadeias, *clusters* e redes à produção e aos serviços turísticos, existem duas formas de se tentar explicitar as áreas de enlace do turismo na economia: determinar de forma clara quais são as áreas da economia sobre as quais o turismo incide de modo mais representativo; e analisar os encadeamentos que ocorrem entre atividades e setores fornecedores de bens e serviços antes, durante e depois da produção turística.

Nesse sentido, o turismo se converte em uma rede de relações que podem criar pontos de estrangulamentos ou sinergias, constituindo-se em um conglomerado de atividades de diversos matizes. Para suprir os bens e serviços necessários ao atendimento da demanda por turismo, não só a internacional como também a doméstica, pode se recorrer a fornecedores localizados fora das fronteiras nacionais ou regionais, implicando em fugas ou saídas de recursos do país ou da região em análise.

Para o desenvolvimento da competitividade do turismo, no entanto, há que se admitir um determinado e eficiente nível de fugas – de importações e remuneração aos proprietários dos fatores produtivos não residentes, de origem exógena à região, se orientando por um seletivo e eficiente processo de “substituição de importações”. Em simultâneo, se deve identificar e procurar mitigar os pontos de estrangulamentos das cadeias produtivas existentes na região, bem como criar novos elos que ampliem e diversifiquem a estrutura de cadeias, visando fortalecer e adensar os encadeamentos produtivos que atuem como motores do aumento da eficiência econômica do turismo tanto na escala local, como nas escalas regional, nacional e internacional.

Destaca-se alguns elementos e questões relevantes a se considerar em um estudo de efeitos multiplicadores e de encadeamento, objeti-

vando o fortalecimento e o provimento dos pontos críticos das seqüências de enlaces produtivos, para trás e para frente, sob a perspectiva de se identificar e reduzir o grau de vazamento da economia local através da atividade do turismo e ampliar o grau de endogeneização do desenvolvimento regional:

- a demanda turística induz a demanda por bens e serviços de vários outros setores da economia – isto leva à consideração dos conceitos de encadeamentos produtivos e de *clusters* ou agrupamentos e redes;
- a medida da contribuição local e regional da atividade do turismo pode levar à formulação de políticas para ampliar seu escopo;
- a determinação do efeito líquido do turismo, a partir da contribuição dos diversos setores econômicos que, direta ou indiretamente, se relacionem com a atividade do turismo;
- poderia este efeito ser aumentado via “substituição de importações”?
- o grau de vazamento que estiver ocorrendo é insatisfatório, satisfatório ou excessivo? – medida de eficiência;
- o diagnóstico de por onde está vazando de modo significativo – ou seja, em quais setores se está tendo um custo elevado para importar?
- deixar claro que o que se está perdendo por não se produzir localmente é diferente do custo de se estar importando – questão de eficiência;
- valerá a pena ou se conseguirá internalizar o impacto econômico que vaza? – a depender do custo, para alguns bens e serviços sim, mas para outros será melhor continuar importando – também uma questão de eficiência;
- dificilmente um estabelecimento isolado irá suprir a produção local do que se estiver importando, aqui tem-se uma questão envolvendo infra-estrutura e uma perspectiva de longo prazo – compensaria?



- ao aspecto anterior correspondem decisões de investimentos, o que exigirá a coordenação de setor(es) líder(es) e/ou do Estado, para se adotar a decisão mais rentável;
- qual o efetivo grau de nacionalização ou internacionalização da estrutura produtiva?
- qual a origem e magnitude de vazamentos da economia em decorrência do grau de exogeneidade derivado da questão anterior; e, como consequência desta questão:
- qual o grau de endogeneização do desenvolvimento turístico – atual, possível e pretendido?

O modelo de desenvolvimento ideal é aquele que se fundamenta

na combinação da expansão rápida das exportações, com substituições seletivas de importações, capazes de proporcionar a transferência de tecnologia e densificar as interdependências entre as atividades econômicas. [...] O crescimento das exportações, gerando aumento de renda, induz novas importações. Insumos e bens de capital importados, por sua vez, estimulam as exportações, gera-se um efeito em cadeia, cujo dinamismo atrai novos investimentos externos. (SOUZA, 1999, p.393 e 394).

Desde quando, no modelo da base econômica, o setor exportador pode apresentar-se insuficiente e instável, nem sempre conseguindo impactar significativamente no setor de mercado interno, a adoção de

um modelo híbrido de crescimento com substituição seletiva de importações e expansão das exportações apresenta-se como a alternativa mais racional para conciliar as vantagens da aprendizagem tecnológica, geração de divisas e expansão da demanda por uma produção crescente [estimulando o processo de desenvolvimento econômico]. (SOUZA, 1999, p. 394).

Portanto, para o avanço na direção do desenvolvimento turístico regional e endógeno, dentro do modelo teórico e operativo da base econômica – de exportação, fundamentado nas relações intersetoriais derivadas das configurações de encadeamentos produtivos, *clusters* e redes, deve-se contemplar a mensuração do nível de incidência e grau de vazamento do turismo na economia regional, bem como a identificação das atividades que estejam propiciando o escoamento de recursos para o exterior da economia local.

### Referências

- CARNER, Françoise. **Encadenamientos generados por el sector turismo**. México: CEPAL, 2001.
- ESTEVE SECALL, Rafael. **Turismo, democratización o imperialismo?** Málaga: Universidad de Málaga, 1983. (Coleção Meridiano, 11)
- FURIÓ BLASCO, Elies. **Turismo y territorio. Interrelación entre la función y el territorio a partir del enfoque de enlaces**. 1994. 997 f. Tesis (Doctorado en Ciencias Económicas) – Facultat d'Economia, Universitat de València, València.
- GODESALTO, Mónica. **El impacto del turismo sobre el desarrollo económico: el caso de Argentina**. 1998. 425 f.

Tesis (Doctorado em Economía Internacional y Desarrollo) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil; estudo de clusters**. Brasília: CNPq / Embrapa, 1999.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas)

LANE, Theodore. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR / CETREDE – MINTER, 1977.

MUÑOZ DE ESCALONA, Francisco. Turismo y desarrollo. **Estudios Turísticos**, Madrid, n. 115, p. 23-44, 1992.

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Tradução Lourdes Fellini Sartor. Porto Alegre: Uniontur, 1983. 167 p. Tradução de: *Turismo e Política di Sviluppo*.

SILVA, Jorge A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação; Área de Concentração: Turismo) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SOUZA, Nali de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.



## MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

*O primeiro da sua categoria no Estado da Bahia*